



GT: Governança na Administração Pública

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES:
ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE PROVIDÊNCIA NOS
MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE**

SILVA, Tássia Cibelle¹

SILVA, Jessica²

CÂMARA, Ramon dos Santos³

MACEDO, Marconi Neves⁴

ARAÚJO, Fábio Resende de⁵

RESUMO

O combate às desigualdades na região Nordeste é potencializado pelo aperfeiçoamento da implementação da Política de Assistência Social que demanda articulação e colaboração dos 3 entes federativos. Este trabalho tem como objetivo analisar os planos municipais de providência da Assistência Social no estado do RN quanto ao fluxo de recebimento e quantidade enviada pelos municípios. Quanto aos aspectos metodológicos, foi realizada a representação do fluxograma de ações para obtenção dos planos. Como variáveis de análise investigou-se o índice de envio e o Território de Cidadania dos que enviaram. Como resultados principais dos 81 municípios classificados como vulneráveis, 23 planos foram enviados, sendo a maior quantidade no território do Alto Oeste Potiguar (10), seguido da Região Potengi (6). Os dados indicam a necessidade de um trabalho de comunicação mais intenso de forma estratégica territorialmente, considerando as localidades com menor percentual de envio. O plano de apoio técnico é uma ferramenta inovadora na gestão das políticas de assistência social.

Palavras-chave: Assistência social; Plano de providência; Planejamento público; Planejamento estratégico.

1 INTRODUÇÃO

A assistência social no Brasil desempenha um papel crucial na proteção e promoção dos direitos da população em situação de vulnerabilidade. Dentro deste contexto, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) surge como a principal estrutura de gestão e coordenação

¹ Discente. Administração Pública. UFRN. E-mail: tassia.cibelle.124@ufrn.edu.br

² Discente. Administração. UFRN. E-mail: jessicasilva420@gmail.com

³ Discente. Administração. UFRN. E-mail: ramonzye@gmail.com

⁴ Docente. Administração Pública e Gestão Social. UFRN. E-mail: marconi.macedo@ufrn.br

⁵ Docente. Administração Pública e Gestão Social. UFRN. E-mail: fabio.resende@ufrn.br



das políticas sociais, assegurando a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais (Alchorne, 2012 e Pereira, 2009).

Um instrumento fundamental para a gestão do SUAS é o Plano de apoio técnico que tem por objetivo conduzir a realização de apoio técnico e planejamento nos municípios, visando subsidiar a execução dos programas e projetos socioassistenciais e alcance das metas estabelecidas a nível nacional (Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2022).

De acordo com o exposto no Guia de Orientação para o Apoio Técnico aos municípios prioritários “As práticas de apoio técnico incluem capacitação, elaboração de normas, publicação de materiais informativos, assessoramento, acompanhamento e incentivos financeiros” (Ministério do Desenvolvimento Social, 2024, p. 42). Tais práticas desempenham um papel crucial na implementação da política de assistência social.

Desse modo, existem diversos instrumentos para monitorar e contribuir com o desenvolvimento e implementação das políticas. No entanto, aqui iremos tratar dos planos de providências municipais. Que trata-se de um instrumento de planejamento destinado a superar as dificuldades enfrentadas pelos municípios na execução dos serviços socioassistenciais, possibilitando a identificação das vulnerabilidades municipais, e o desenvolvimento das ações que serão utilizadas para a superação das fragilidades encontradas (Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2022). Estes Planos são uma estratégia de auxiliar e acompanhar a execução da política de assistência social. No Rio Grande do Norte (RN), o apoio técnico desempenha um papel crucial no fortalecimento da assistência social, principalmente quando consideramos o alto índice de vulnerabilidade nos municípios. De acordo com o exposto no Plano Estadual de Apoio Técnico do RN dos 167 municípios 75% se encontra em alta vulnerabilidade e nenhum município atingiu notas que os enquadrem em situação de baixa vulnerabilidade (Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2022).

A partir desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar os planos municipais de providência da Assistência Social no estado do RN quanto ao fluxo de recebimento e quantidade enviada pelos municípios. Entender essa dinâmica é essencial para avaliar a eficácia da gestão da assistência social nos municípios e identificar possíveis áreas de melhoria.

Esta pesquisa se divide em cinco seções: A primeira é esta introdução que apresenta uma breve contextualização dos mecanismos para a gestão do SUAS. A segunda parte trata-se



do referencial teórico que aborda o planejamento estratégico governamental como medida para a gestão do SUAS. A terceira parte é a metodologia que tem foco na apresentação do processo para o acesso aos dados e na estrutura do plano de providências. A quarta seção trata dos resultados obtidos nesta pesquisa, por fim, a quinta e última seção apresenta as nossas conclusões.

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO GOVERNAMENTAL

O planejamento estratégico dentro da administração pública é fundamental, visto que se trata de um setor que trata de inúmeras questões envolvendo a sociedade. Desse modo, o planejamento entra como um recurso estratégico fundamental para situações que envolvem desde a compreensão das questões relacionadas aos diversos grupos sociais até a construção e implementação de políticas públicas mais complexas.

Para falar de planejamento estratégico governamental, primeiramente é necessário entender como o planejamento estratégico se conceitua dentro da literatura acadêmica de uma forma mais geral. A partir de (Santana e Tahara, 2008), evidencia-se que o planejamento estratégico trata-se de um processo que visa auxiliar as organizações a se adaptarem a um ambiente em constante mudança, surgindo a partir da necessidade de acompanhar a evolução tecnológica e a necessidade de valorização do ser humano sendo uma alternativa de dirimir as limitações do planejamento tradicional.

De acordo com Santana e Tahara, (2008) e Dagninio (2012), historicamente o ato de planejar e o conceito de estratégia já estava muito ligado a administração, mas essa discussão era levantada de uma forma mais específica dentro de um contexto capitalista, apenas com interesse no desenvolvimento da produção industrial, sendo interpretado de maneira distinta por diferentes correntes políticas dentro dos países capitalistas.

É dentro desse contexto histórico que se inicia a discussão de uma nova forma de planejar em diversos países, saindo do planejamento convencional para o que se conhece por planejamento estratégico governamental (Dagninio, 2012). Desse modo, entende-se que o planejamento Estratégico Governamental se diferencia do planejamento tradicional normativo ao criticar sua natureza autoritária e voluntarista, destacando a necessidade de tratar problemas públicos de forma coerente com as demandas da sociedade como um todo, e não de grupos



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia
23 a 27 de setembro de 2024

privilegiados, além de construir métodos para entender a sociedade e alcançar resultados eficientes (Dagninio, 2012).

Para Toni (2021), dentro do setor público o planejamento estratégico é visto como um conjunto de ferramentas e técnicas que tem o objetivo principal de formular uma visão prospectiva para médio e longo prazo, sendo um importante instrumento na efetivação de políticas públicas. O autor ainda aponta que o planejamento governamental e a formulação de estratégia é motivada pela necessidade de que haja um cuidado e uma reflexão por parte do poder público antes da tomada de decisão nas ações que interferem no bem-estar da sociedade.

O planejamento estratégico, ao contrário do planejamento institucional ou organizacional que se concentra em mudanças dentro do âmbito organizacional, é concebido como uma capacidade de governar, essencialmente realizada por meio da produção de políticas, que concretizam as intenções governamentais e as alinham com os seus objetivos (Toni, 2021).

A discussão mais conceitual presente nesses autores, mostra que o planejamento estratégico governamental vai além da definição de objetivos e metas para a construção e implementação de políticas públicas, visto que ele também é um instrumento fundamental na definição das diretrizes que irão orientar o processo e que deve ocorrer antes do estabelecimento das metas e das ações, sendo um fluxo importante que engloba a análise de todos os fatores contextuais que influenciam o planejamento.

Nu entanto, como aponta Pereira (2011) o planejamento estratégico na administração pública ainda tem limitações:

No caso da Administração Pública especificamente, o maior problema diz respeito às constantes trocas de comando nas organizações e, por conseguinte, às mudanças que sempre acontecem e às interrupções do Planejamento Estratégico ao longo do tempo. Isso faz com que a própria ferramenta de Planejamento Estratégico fique desgastada, pois os dirigentes que entram não têm o mesmo comprometimento com o Planejamento; porque, na maioria das vezes, quem o fez pertence a outro partido, ou corrente política (Pereira, 2011, p.44).

Além disso, observa-se que quando se trata de planejamento público, gestão pública e políticas públicas, o interessante é que esses sejam considerados em conjunto, levando em conta que existe uma relação entre eles, desde a necessidade e importância de gerenciar os recursos e planejar de forma adequada, até a busca pela eficiência e eficácia em desenvolver políticas de interesse público que possam enfrentar e diminuir as desigualdades.



Com isso, Cardoso (2014), vai trazer que o poder público ao pensar em políticas públicas deve incorporar o planejamento estratégico como uma ferramenta para enfrentar os desafios institucionais, considerando a articulação entre os diferentes órgãos da administração pública. o autor aponta que a eficácia do planejamento estratégico depende de sua capacidade de adaptar-se às dinâmicas políticas e sociais, promovendo o desenvolvimento sustentável e a consolidação democrática.

É a partir desse arcabouço teórico que se levanta a discussão do planejamento estratégico nas políticas públicas. Aqui trataremos mais especificamente do impacto que o planejamento estratégico governamental tem na política de assistência social, apontando para a sua importância na elaboração dos instrumentos de monitoramento das políticas assistenciais.

Com essa discussão inicial que envolve a definição de planejamento estratégico governamental entende-se que na Assistência Social ele tem o poder de possibilitar que os gestores públicos tenham maior facilidade e responsabilidade na identificação e priorização das necessidades sociais, estabelecendo metas claras, além de alocar recursos de forma mais eficaz. Ele também facilita a coordenação intersetorial e intergovernamental, essencial para a implementação de políticas sociais integradas que abordem as múltiplas dimensões das questões sociais (Alchorne, 2012; Pereira, 2009; Santana e Tahara, 2008; Dagninio 2012 e Toni, 2021).

Ainda assim, de acordo com Papi, Rosa e Hamerski (2017, p. 366) “o planejamento é valorizado como prática de gestão unanimemente, entretanto sua implementação ou “saída do papel” é um processo tortuoso e complicado”. Utilizando esse exemplo para a política de assistência social e gestão do SUAS as autoras que realizaram um estudo para porto alegre, apontam que existem diversos desafios a depender de cada município, como: a falta de conhecimento sobre planejamento entre os gestores, a insuficiência de recursos, e a falta de estrutura e equipamentos adequados (Papi, Rosa e Hamerski 2017).

Nesse sentido, a integração do Planejamento Estratégico com o Plano de Apoio Técnico tem fundamental importância para a garantia de um melhor desempenho e realização das políticas públicas no âmbito do SUAS. Essa integração permite que os desafios aqui citados sejam abordados de maneira mais coordenada. Desse modo, alinhado às estratégias e metas do planejamento com as orientações e suporte técnico oferecido pelo Plano de Apoio Técnico, os gestores podem apresentar melhorias na execução dos serviços da assistência social.



Assim, o plano de providência municipal entra como um instrumento de planejamento que irá auxiliar tanto, na identificação das vulnerabilidades de cada município, como, no estabelecimento de metas e desenvolvimento de ações, visando dirimir as dificuldades enfrentadas pelos municípios e acompanhar a efetividade da política de assistência social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Rio Grande do Norte (RN) é um estado caracterizado por uma diversidade significativa em seu desenvolvimento econômico e social. Com 167 municípios, o estado possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,728 (IBGE, 2021), que indica um desenvolvimento considerado médio. A renda média domiciliar per capita, em torno de R\$1.373,00, (IBGE,2023), considerada a maior renda domiciliar per capita do Nordeste em 2023, embora ainda fique abaixo da média nacional de R\$1.893. Apesar da liderança regional, dados recentes publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que o RN possui 1,6 milhão de habitantes em situação de pobreza e 33,7 mil em extrema pobreza, destacando a desigualdade significativa e a concentração de renda.

Nesse contexto, a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) tem como missão promover o desenvolvimento social e a inclusão de populações em situação de vulnerabilidade, por meio de programas e ações que integram o trabalho, habitação e assistência social. No contexto do RN, a secretaria atua como elo de articulação entre o governo estadual e os municípios, garantindo a implementação de políticas públicas alinhadas com as diretrizes federais e adaptadas às especificidades locais.

A metodologia utilizada nesta pesquisa focou nos gerados a partir do Plano Estadual de Apoio Técnico da SETHAS. Os dados contidos nos planos de providências dos municípios, que segundo o plano de apoio técnico da SETHAS “é um instrumento de planejamento de ações voltadas à superação das dificuldades enfrentadas pelos municípios na execução dos serviços socioassistenciais”. É preenchido após as ações do plano de apoio técnico representadas na figura 1 e solicitado se o índice de vulnerabilidade do município for menor que 4,0.

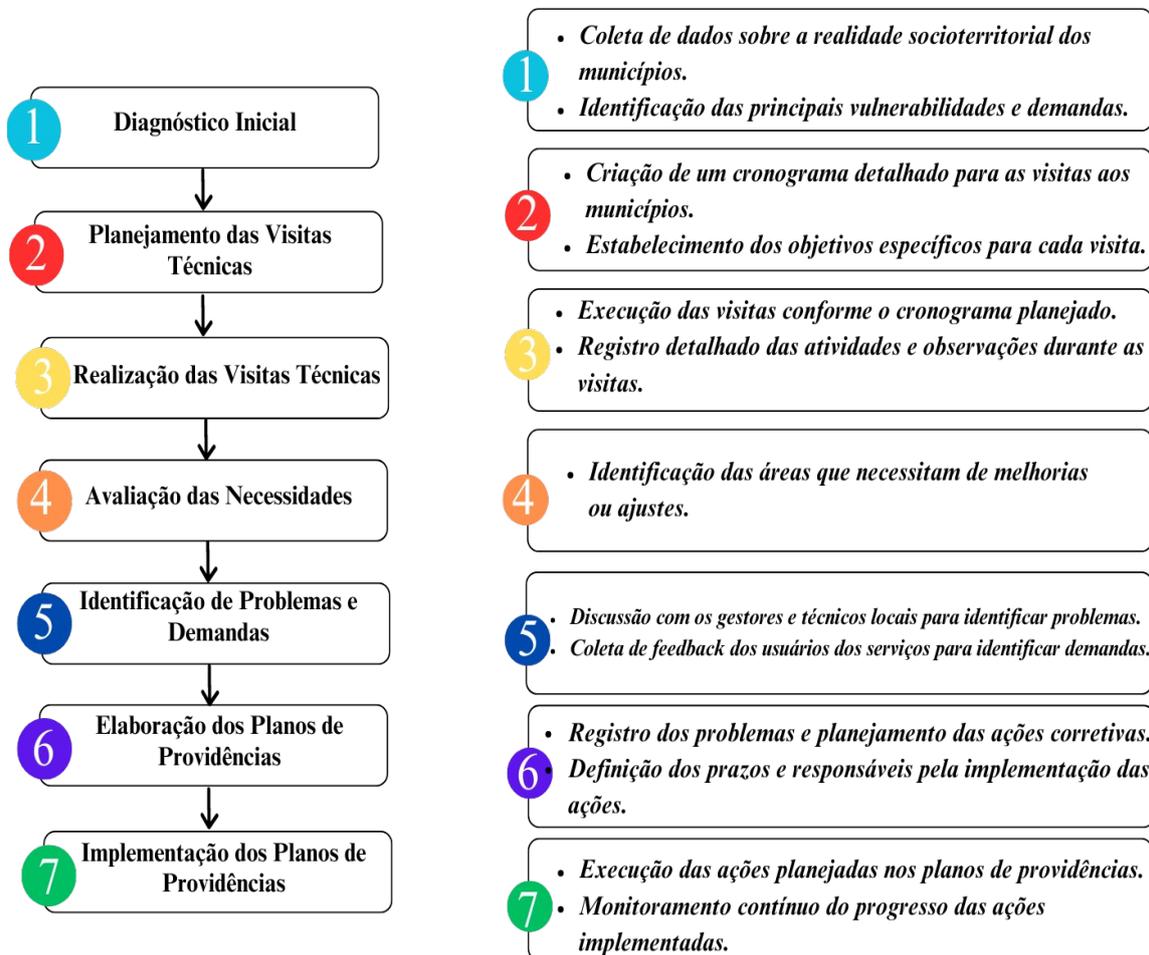
Figura 1 - Fluxograma de ações anteriores aos planos de providência.



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024



Elaboração dos autores a partir dos dados de pesquisa.

Este estudo é uma pesquisa realizada por meio de pesquisa documental.. Inicialmente, a amostra foi composta de 25 planos de providências, dos quais 2 foram excluídos, resultando em 23 planos analisados. Os planos de providências analisados seguiram a estrutura de orientação definida pelo plano de apoio técnico. Essa estrutura consiste em:

- Nós críticos levantados;
- Metas de superação;
- Providências a serem implementadas (O que fazer);
- Responsável(eis) (Quem fazer);
- Procedimentos (Como fazer);
- Prazos(Quando fazer)



- Observações.

Para a análise dos dados, foi criado um banco de dados no excel contendo informações sobre todos os planos de providências. Este banco de dados permitiu a organização e a sistematização das informações, facilitando a leitura dos planos e a identificação de padrões e divergências.

Quanto à localização territorial dos municípios que realizaram entrega dos planos, a ferramenta MapChart foi utilizada para personalizar o mapa das regiões dos planos de providência enviados, tendo como plano de fundo a divisão dos Territórios da Cidadania (figura 2) apresentada na figura 2 Segundo a SETHAS (2020) os Territórios de Cidadania foram definidos considerando elementos como vínculo das famílias, atividade produtiva, aspectos históricos e questões de ordem ambiental. Os municípios estão agrupados do seguinte modo: Assu/Mossoró (14), Sertão do Apodi (17), Trairí (15), Seridó (25), Mato Grande (16), Potengi (11), Sertão Central, Cabugi e Litoral Norte (10), Agreste Litoral Sul (24), Alto Oeste (30) e Terras dos Potiguaras (5).

Figura 2. Mapa dos Territórios de Cidadania do Rio Grande do Norte



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024



Fonte: Vigilância Socioassistencial, COGESUAS/SETHAS, 2019 apud SETHAS, 2020.

Em resumo, o fluxo metodológico da pesquisa pode ser objetivado nas seguintes etapas: obtenção dos planos de providências dos municípios com índice de vulnerabilidade menor que 4,0; criação do banco de dados, organização das informações coletadas em um banco de dados estruturado; análise dos planos de providências; personalização do mapa, uso da ferramenta MapChart para criar um mapa ilustrativo das regiões territoriais dos planos; e interpretação dos dados.

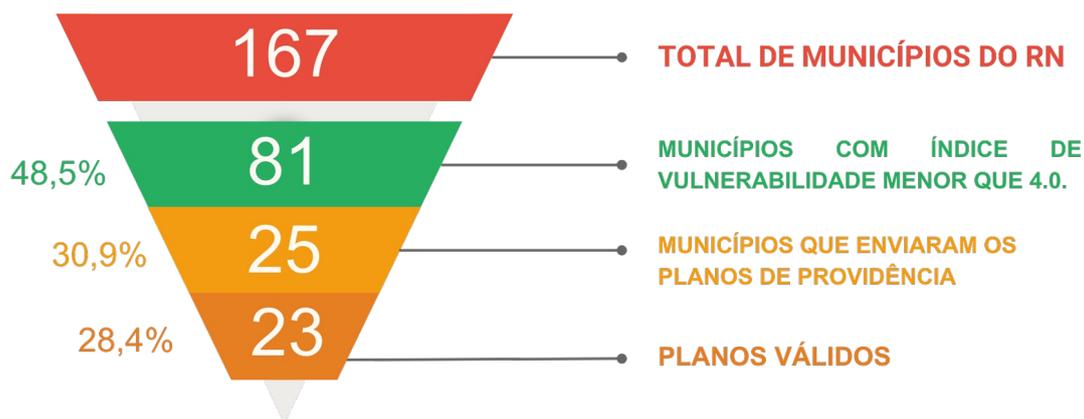
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A iniciativa da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Rio Grande do Norte (SETHAS RN), visando fortalecer e efetivar a Vigilância Socioassistencial como uma função crucial da política nos municípios, realizando o apoio técnico o qual classifica menor que 4,0 complexa e alta vulnerabilidade. Dos 167 municípios do Rio Grande do Norte 81 municípios tiveram índice menor que 4,0. Como forma de ação integrada ao Estado foi solicitado a esses municípios os planos de providência, visando mitigar as vulnerabilidades socioassistenciais. No entanto, apenas 25 desses municípios responderam, representando um índice de participação de aproximadamente 30,9%. E apenas 23 planos foram



validados para análise, pois seguiram o modelo padrão do plano de providência, dessa forma baixando ainda mais o índice de participação como exposto na figura 3.

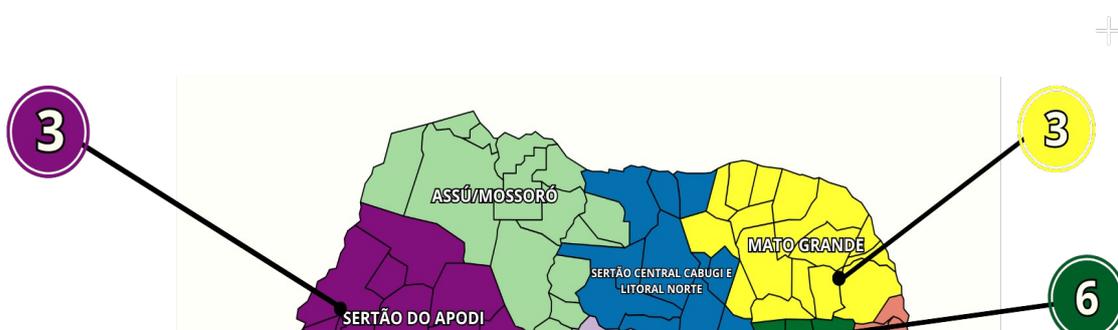
Figura 3 - Distribuição de entrega dos planos de providência da Assistência Social no RN.



Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados de pesquisa.

O Território Alto Oeste, composto por 30 municípios, destaca-se como a região que mais enviou planos de providência, com 10 submissões. Em contraste, outras regiões apresentaram números significativamente menores, como o Seridó, que, mesmo sendo composto por 25 municípios, registrou apenas um plano enviado. Regiões como o Sertão do Apodi e Mato Grande, com 17 e 16 municípios, respectivamente, enviaram apenas 3 planos cada. No Potengi, 6 dos 11 municípios enviaram seus planos. Já no Trairí, com 15 municípios e 8 equipes, foram enviados apenas 2 planos de providência. Em síntese a figura 4 resume esta distribuição dos municípios de acordo com os Territórios de Cidadania.

Figura 4 - Distribuição dos Planos de Providências de acordo com os Territórios de Cidadania





26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados.

A integração entre Estado e municípios é fundamental para o fortalecimento da rede de assistência social, e esses dados revelam a importância do fortalecimento da Vigilância Socioassistencial em todas as regiões. É através de um esforço colaborativo contínuo que assegura que todos os municípios tenham as condições necessárias para que os planos de providência sejam, planejados, elaborados e executados de forma eficaz, atendendo às reais necessidades do município, visando superar as vulnerabilidades socioassistenciais e garantir uma proteção social mais eficiente para toda a população.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da assistência social no estado do Rio Grande do Norte revela a complexidade e a importância do planejamento estratégico e aprimoramento na implementação das políticas públicas, os dados apresentados no texto revelam que, referente ao tema da elaboração e conclusão dos Planos de Providência, somente 30,9% dos 167 municípios do estado conseguiram atingir a meta estabelecida, denotando a dificuldade de elaboração dos planos por parte dos municípios e a necessidade de um apoio conjunto para fortalecer a gestão.

Além disso, o texto destaca que a eficácia das políticas socioassistenciais depende não apenas da elaboração dos planos de acordo com as métricas estabelecidas, mas também da



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

capacidade do Estado e dos articuladores na adaptação e resposta efetiva às demandas locais. A integração entre as esferas do governo, e a capacitação dos gestores são pilares para garantir a boa execução das ações e metas propostas, bem como a formação das políticas para atender as necessidades de redução das vulnerabilidades sociais. Conseqüentemente, é fundamental que se promova o fortalecimento das articulações entre as esferas estadual e municipais, além de um processo contínuo de formação e suporte aos gestores e os técnicos das agendas, com o objetivo de gerar robustez e desenvolvimento para o campo da assistência social.



REFERÊNCIAS

ALCHORNE, Sindely Chahim de Avellar. Das políticas nacionais aos planos municipais: avanço da política pública de assistência social em metrópoles-estudo das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17597>

IBGE. Cidades. Rio Grande do Norte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CARDOSO JR., José Celso. **Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: balanço da experiência federal e desafios no séc. XXI.** In: CARDOSO JR., José Celso; GARCIA, Ronaldo Coutinho (Orgs). Planejamento Estratégico em Contexto Democrático: Lições da América Latina. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/986> p.29-51 P.29-51

TONI, Jackson. **As Metodologias de Planejamento em duas Dimensões.** In: TONI, Jackson. Reflexões sobre o Planejamento Estratégico no Setor Público. Cadernos Enap, 84. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Brasília: Enap, 2021. (p.79-89). Disponível em <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6334/1/Jackson%20de%20Toni.pdf>>.

DAGNINO, Renato Peixoto. **A Situação-Problema como Objeto do Planejamento Estratégico Governamental.** In: DAGNINO, Renato Peixoto. Planejamento Estratégico Governamental. UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014. (p.108-121). Disponível em <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401258/1/PNAP%20-%20Modulo%20Basico%20-%20GPM%20-%20Planejamento%20Estrategico%20Governamental%20-%203ed%202014%20-%20WEB%20atualizado.pdf>>

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social. Plano estadual de apoio técnico. Rio Grande do Norte, 2022.

MAPCHART. MapChart - Create your own custom maps. Disponível em: <https://www.mapchart.net/>. Acesso em: 06 jul. 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME. Secretaria do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social. Guia de orientações para o apoio técnico aos municípios prioritários: Programa Bolsa Família e Cadastro Único. Brasília, 2024.

PAPI, Luciana Pazini; ROSA, Taciana Barcellos; HAMERSKI, Bruna. O planejamento como ferramenta estratégica para a implementação de políticas públicas: os casos da saúde e assistência social em Porto Alegre. **Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas: Democracia e Direitos: dimensões das Políticas Públicas e Sociais (2.: 2017: Brasília, BR-DF). Anais do 2. ENEPCP: v. 2, n. 2, 2017 [recurso eletrônico]. Brasília, DF: ANEPCP, 2017, 2017.**

PEREIRA, Maurício Fernandes. **Administração estratégica. Florianópolis** : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011. 168p. : il. Disponível em:



26º Seminário de Pesquisa do CCSA

Crise Climática, Desenvolvimento e Democracia

23 a 27 de setembro de 2024

http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/licitacao_livros_admpub/16-administra%E7%E3o%20estrat%E9gica/livro_grafica%20administra%E7%E3o%20estrat%E9gica.pdf. (p.95-111 -Análise Ambiental: Análise Externa, Análise Interna e Matriz FOFA).

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS. **SER Social**, Brasília, n. 20, p. 63–84, 2009. DOI: 10.26512/ser_social.v0i20.12767. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12767.

SANTANA, R.M., and TAHARA, Â.T.S. **O Planejamento Estratégico Situacional**. In: Planejamento em Enfermagem: aplicação do processo de enfermagem na prática administrativa [online]. Ilhéus: Editus, 2008, pp. 3

SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DA HABITAÇÃO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Diagnóstico Situacional**: Serviços, Programas e Benefícios da Política de Assistência Social no Estado do Rio Grande do Norte. Natal, Julho de 2020. Disponível em <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/SETHAS/DOC/DOC000000000235874.PDF>>. Acesos em 15 de agosto de 2024.

SECRETARIA DO TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SETHAS). Plano Estadual de Apoio Técnico. Natal: Sethas, 2022.